

Olhando para o futuro

Termina a batalha da CPI. Começa a batalha da revisão. Uma batalha termina quando o seu resultado está decidido, ainda que prossigam escaramuças e movimentos de retirada. Começa quando os inimigos concentram as suas tropas, escolhem o terreno e expõem as ordens de marcha.

O resultado da CPI é o seu relatório final, em grande parte já redigido pelo deputado Roberto Magalhães. Divide-se em dois grandes blocos: o das propostas de cassações dos mandatos, que, por ser espetáculo, monopoliza a atenção da mídia, e o das propostas de alterações na legislação orçamentária, mais estratégico, embora menos visível.

A importância das alterações na tramitação do Orçamento, tanto no Executivo como no Legislativo, foi ressaltada pelo senador Jarbas Passarinho. "Se não mudarmos a estrutura da alocação dos dinheiros públicos", diz ele, "daqui a dois anos teremos de fazer uma nova CPI".

As muitas sugestões já apresentadas para tornar a proposta orçamentária menos sujeita a manipulação e roubo estão sendo coordenadas pelo deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), que as discute com o relator Roberto Magalhães. Já surgiu até a idéia de se acabar com a Comissão de Orçamento, o que equivaleria a considerá-la um insano foco de corrupção, retirando do Congresso a sua razão inicial de existir. Afinal, os parlamentares nasceram da necessidade dos reis de buscarem a aprovação do povo para aumentos de impostos e para a destinação dos recursos deles derivados. O lema da Revolução Americana era "nenhuma taxa sem representação". A revolução começou quando os moradores de Boston jogaram no mar um carregamento de chá, cujo preço embutia um

imposto que não fora aprovado pelos habitantes de Massachusetts.

Até o dia 17, prazo fatal da CPI do Orçamento, muitas escaramuças de retaguarda ocuparão as atenções da imprensa. A mais candente versará sobre a convocação, já decidida, de três governadores, especialmente a do governador Joaquim Roriz. É ele, dada a sua popularidade junto à população mais pobre, o principal eleitor da sucessão em Brasília. Em consequência, torna-se vital para as oposições comprovar as irregularidades nas suas movimentações bancárias, que somaram mais de 7,5 milhões de dólares em um ano. No entanto, dificilmente essa investigação terá aprofundamento. Uma forte corrente de pensamento na CPI considera a convocação de governadores uma violação do princípio federativo constitucional e se dispõe a apelar aos tribunais para sacramentar esta tese. Em todo caso, essas últimas "oitivas" de parlamentares e funcionários, ainda que agreguem uns poucos nomes à lista de condenados, não a alterarão substancialmente.

A batalha da revisão, que se inicia, dependerá em grande parte dos acordos tecidos pelo relator, Nelson Jobim (PMDB-RG), e pelo sub-relator, Ibrahim Abi-Ackel (PDS-MG). Isto porque a exigüidade do tempo — a revisão tem como data final 15 de março — tornará quase impossível a aprovação de alterações muito conflituosas, como seriam a abolição da estabilidade do funcionalismo público ou a quebra do monopólio do petróleo. A quebra do monopólio das telecomunicações tem possibilidade de ser aprovada, desde que se ressalve o monopólio das comunicações aéreas pela Aeronáutica, e navais pela Marinha de Guerra, ressalvas que até agora não foram apresentadas.